

EXPERIÊNCIA E DIALÉTICA HISTÓRICA: SUA OPERAÇÃO NAS PESQUISAS DE E. P. THOMPSON SOBRE OS MOTINS DE FOME NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII

Jorge Lucas Simões Minella*

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido¹.

1 A CRÍTICA AO ESTRUTURALISMO DE ALTHUSSER

A *experiência* é uma categoria explicativa, na falta de melhor termo, fundamental na obra do historiador britânico Edward Palmer Thompson. Desde a *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de 1963, o termo ocupa uma posição central em seus escritos, mas foi somente em 1978, com *A Miséria da Teoria*, uma crítica ao pensamento althusseriano, que o termo foi esmiuçado, não apenas como elemento fundamental para as pesquisas de Thompson, mas como preocupação que, para ele, é inerente ao questionamento histórico.

De fato, considerações teóricas propedêuticas não são comuns nas obras de Thompson; não há, na *Formação*, um momento do texto em que a narrativa histórica é interrompida (ou precedida) para a formulação de questões teórico-epistemológicas sobre essa categoria essencial que determina o desenrolar da obra. Embora no prefácio estejam considerações teóricas importantes sobre o seu entendimento de *classe*, não aparece ali uma discussão sobre a experiência. De modo geral, muitos dos textos de Thompson não tratam diretamente de teoria da história, mas, ao mesmo tempo, suscitam grandes questões neste campo ao questionar as obras precedentes em muitas frentes, e revelam uma prática de pesquisa pautada em considerações teóricas profundas, que sempre aparecem nos textos, mas que só se explicitam finalmente em *A Miséria da Teoria*.

Pretendo discutir o modo com que o historiador manuseia as categorias explicativas e os conceitos em meio às suas pesquisas empíricas, o porquê desse modo, e as suas

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jorgeminella@gmail.com

¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006, p. 13.

manifestações nas obras, em particular no capítulo *Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*, presente em *Costumes em Comum*, como exemplo.

A crítica à Althusser é parte fundamental deste estudo, e a tomarei como ponto de partida. Perry Anderson localiza Althusser em um grupo da tradição marxista marcado por uma preocupação com a investigação da genealogia do pensamento do próprio Marx, relacionando-o com outros pensadores. Em uma curiosa combinação, Althusser propôs Spinoza como precursor de seu marxismo, de onde a separação entre *idea* e *ideatum* resulta na separação entre as categorias e teorias (objetos do conhecimento) e os objetos reais, e que, em última instância, se confundem pois o primeiro dá coerência ao segundo (ANDERSON, 1989, p. 91).

Não é relevante o fato de que a crítica de Thompson a Althusser é posterior à boa parte dos seus próprios textos, pois as reflexões teóricas nela contidas são muito mais frutos da prática mesma de pesquisa anterior a 1978 (e das críticas que Thompson recebeu), do que uma espécie de “caminho do mapa” para estudos futuros². Como era de se esperar, a reflexão teórica contida em *Miséria* vem da própria prática do historiador, e não de uma filosofia alheia aos problemas históricos, usando os termos da acusação do historiador a Althusser.

Para Thompson, o filósofo francês adota um estruturalismo engessado que ignora a característica fundamental da história, isto é, seu caráter de processo, movimento. Althusser, por outro lado, acusa o historiador, e os historiadores de modo geral, de “empirismo”. Com essa crítica, que revela um desconhecimento do filósofo pelos métodos de trabalho variados do historiador, Althusser, grosso modo, coloca como determinante o estabelecimento prévio de categorias explicativas, dentro das quais as evidências devem ser encaixadas. Para Thompson, a confusão inicial de Althusser, acusado pelo historiador de praticar “imperialismo teórico”³, é confundir uma pesquisa que inclui a investigação empírica das fontes, com o “empirismo”, no sentido de um positivismo filosófico, da experiência “pura”, como se as fontes falassem por si mesmas. O imperialismo teórico do francês se coloca, portanto, de dois modos: primeiro

² Mais do que isso, “A Miséria da Teoria” é um posicionamento político de Thompson ligado a “a tradição de ‘1956’ e o ‘humanismo socialista’” (MULLER, 2007, p. 99).

³ Há uma crítica geral de Thompson à filosofia. Aquilo que filósofos como Popper e Althusser, de modos diferentes, dizem sobre a disciplina de história, está bem distante daquilo que os historiadores fazem; existe uma arrogância disciplinar da filosofia (parte dela) em relação à história neste caso. Popper, por exemplo, desconhece que tipo de fontes os historiadores usam, e critica a história por supostamente se pautar em fontes intencionalmente deixadas para a posteridade, tais como as crônicas dos reis, o que está bastante distante da prática efetiva do historiador, e ainda mais de um como Thompson, que utiliza uma gama gigantesca de fontes.

pressupondo, sem de fato conhecer os modos de questionamento das fontes pelos historiadores, que sua atividade assume uma postura *filosófica* inadequada; segundo por defender a primazia da reflexão teórica separada da pesquisa empírica, de modo que esta reflexão não apenas indique caminhos nas fontes, mas seja *determinante*.

Diante disso, o que Thompson trabalha na *Miséria* é a relação entre teoria e prática, não apenas na pesquisa histórica, mas também na própria concepção de história. Ele diz

Não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadoras, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16).

Há muito em jogo neste pequeno trecho. Primeiro está um pressuposto que para Thompson, em certo sentido, funda a história: ela é humana, e os seres-humanos são sociais. Como ser social, não existem dinâmicas separadas entre o que ele pensa, sua consciência social, e o que ele faz, o que ele experimenta. Na vida a relação é de mão dupla, e, muitas vezes, a experiência do ser social é determinante por exercer pressões sobre a consciência social. Aparece, aqui, uma particularidade da própria história, não como disciplina, mas como “história mesma”: a experiência está frequentemente adiantada à consciência social, antecipando-se à teoria. Há muitas coisas acontecendo no mundo que não esperam o momento em que a teoria apareça para categorizá-las. Um exemplo interessante é o dos motins de fome (tema que será trabalhado mais adiante), que ilustra de forma contundente como a experiência, por um lado, é vivida a partir de uma consciência social anterior, e por outro modifica essa mesma consciência. O que existe é um *diálogo* constante entre estes dois aspectos; “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido” (THOMPSON, 1981, p. 17).

Isso parece algo óbvio. Porque é dito? Talvez porque uma história tal como defendida por Althusser, em que “a categoria ganhou uma primazia sobre seu referente material; a estrutura conceitual paira sobre o ser social e o domina” (THOMPSON, 1981, p. 22), esquece-se da *experiência* das pessoas na história, e por esquecer-se da experiência das pessoas, que é, por natureza, mutável, variante, e por separar a experiência do ser social de sua consciência,

julga que o próprio historiador deve determinar categoricamente seus rumos antes de buscar nas fontes da pesquisa empírica, como se essa fosse a atitude das pessoas na história. O exemplo do marceneiro e da mesa ilustra bem a situação (THOMPSON, 1981, p. 26). Ele, quando transforma a madeira em mesa é determinado tanto pelas propriedades da madeira, quanto pela sua habilidade, sua experiência: “a madeira impõe suas propriedades e sua ‘lógica’ ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira” (THOMPSON, 1981, p. 26).

É somente com essa perspectiva que leva em conta a experiência em um mundo em modificação que Thompson é capaz de retomar o caráter *histórico* das categorias marxistas. *Classe*, por exemplo, deixa de ser uma categoria previamente determinada, dotada de uma série de características teóricas, que deve servir para organizar as evidências, sem dialogar com elas. Ao contrário, Thompson busca uma experiência (este termo torna-se cada vez mais fundamental) nas evidências que pode ter sido de classe ou não, e se for contém suas próprias particularidades⁴.

A evidência, segundo Thompson, é o meio pelo qual podemos entender as experiências passadas. Há aqui uma questão ontológica acerca do processo histórico (HOSTINS, 2004, p. 38; MULLER, 2007, p. 115); a história realmente aconteceu independente de qualquer esforço cognitivo e das categorias empregadas⁵. Como aconteceu, deixou evidências, e neste ponto um historiador “thompsoniano” faz uma “suposição epistemológica de caráter provisório” (THOMPSON, 1981, p. 38), segundo a qual a evidência é testemunha do processo histórico. Especificando um dos erros atribuídos a Althusser em sua análise do trabalho do

⁴ Koselleck (2006), em seu estudo sobre o uso dos termos “classe” e “estamento” na burocracia prussiana do século XIX traz importantes contribuições para uma discussão conceitual. Os dois conceitos operando simultaneamente na burocracia revelam um momento de transição, e chamam a atenção para o uso do termo na época, no passado histórico, e o uso que hoje fazemos como categorias heurísticas. Em certo sentido, é um caso particular do duplo significado de “história”, como os acontecimentos passados (usavam o termo “classe” no XIX), e a história que hoje escrevemos (usando o termo classe). Para Koselleck, essa discussão conceitual é fundamental para o entendimento do tempo histórico, que é uma relação entre *expectativa* e *experiência* dos sujeitos históricos, de onde é possível estabelecer uma relação com Thompson que, ao perguntar pela experiência, pergunta também pelas expectativas das pessoas e grupos.

⁵ E, com isso, a preocupação da história é com a *verdade*. A retomada de algo que de fato aconteceu, embora se reconheça que a totalidade dos acontecimentos passados reais nunca será atingida, permanece sendo o alvo. “A historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar, em nenhum grau, o status ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade histórica” (THOMPSON, 1981, p. 51). Certamente há muita discussão neste ponto, mas não é este o tema deste ensaio.

historiador, o britânico deixa claro que essa postura não implica uma série de visões “filosoficamente primárias”, tais como se a evidência fosse falar por si mesma. A evidência só irá responder algo se perguntada, e as perguntas podem ser feitas em diferentes direções, considerando, inclusive, pressupostos teóricos profundos, mas que não devem impedir que as evidências deem respostas que os contradigam. Ao mesmo tempo, a evidência não é “infinitamente maleável” (THOMPSON, 1981, p. 40), isto é, embora só fale diante de perguntas, não irá dizer *qualquer* coisa. O historiador, com essa preocupação, não inventa história.

Há, portanto, dois diálogos:

primeiro o diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem à experiência; segundo o diálogo entre a organização teórica (em toda sua complexidade) da evidência, de um lado, e o caráter determinado de seu objeto [ou seja, não é algo moldável ao bel prazer do historiador, ainda que tenha que ser questionado], do outro. (THOMPSON, 1981, p. 42)

Em ambos, pela própria natureza de um *diálogo*, a mudança é tão constante quanto são constantes as novas experiências e as novas questões que se podem colocar para as evidências.

Isso nos leva à questão da lógica histórica. Sua particularidade é a contingência, e por isso o diálogo com uma filosofia “imperialista” como a de Althusser se torna impraticável. A história é a própria negação dos conceitos estáticos ou da necessidade absoluta, e ao mesmo tempo em que é fruto da ação humana, sempre supera as expectativas de seus agentes. Assim, não ter uma Teoria⁶, como acusa Althusser, é uma rejeição consciente pautada na visão de que o mundo da vida, com sua história, sempre supera a teoria caso estes dois elementos não sejam postos em diálogo.

É dessa particularidade, então, que temos a dialética do conhecimento histórico, que consiste no já mencionado diálogo entre dois elementos que não devem ser polarizados. A tese, o conceito, a hipótese, são postos em relação com suas antíteses, os elementos da pesquisa empírica, e daí a síntese que é o conhecimento histórico (MULLER, 2007, p. 116). A prática desse conhecimento se coloca como um constante refazer-se, pois o diálogo com as evidências pode invalidar hipóteses, pode fazer sugerir novas categorias explicativas, etc. O ponto fundamental aqui é que as categorias explicativas devem ser tomadas em um sentido

⁶ Com T maiúsculo, denotando uma teoria que se impõe sobre a pesquisa de forma totalitária.

heurístico; não como modelos, mas como *expectativas* de comportamento das evidências que podem ou não confirmar tais expectativas. Tampouco se nega que de algum modo as categorias heurísticas podem direcionar as perguntas, e por isso a postura atenta e crítica, e a pesquisa aberta para novas possibilidades é fundamental.

As categorias e conceitos históricos, pela própria lógica histórica, possuem uma elasticidade difícil de ser compreendida de um ponto de visto filosófico. Um conceito com tamanha mutabilidade deixa, em certo sentido, de ser um conceito, mas não deixa de ser um conceito *histórico*. Enquanto um conceito tipicamente filosófico, no sentido de Althusser, sintetiza-se em *o que é*, o conceito histórico analisa-se em *o que*, como, quando, onde, para quem, etc.; em suma, *o que é* em tal *contexto*, sem que isso impeça a pergunta sobre o sentido geral, sobre as características comuns de certos fenômenos em diferentes contextos. Um dos grandes equívocos cometidos por Althusser e sua teoria é de que a história, por não ser tudo, por ser incompleta, passa a ser nada (THOMPSON, 1981, p. 61), e como somente a teoria pode ser tudo, é o que nos resta.

O materialismo histórico que defende Thompson é a expressão de tudo isso que veio defendendo, ao contrário do que muitos pensadores, inclusive marxistas como Althusser, propõem, com uma visão de história que se resume à descoberta de estruturas teóricas determinantes, excluindo o espaço da agência humana, e ignorando as experiências de vida. É um materialismo histórico cuja elaboração das categorias está nesse diálogo, e que, ao mesmo tempo, não abandona sua teimosia de articular uma série de particularidades em um todo, não necessariamente sistemático, porém relacionado.

O estruturalismo de Althusser é anti-histórico por desconsiderar o processo. Em uma breve digressão sobre as origens do estruturalismo, Thompson aponta uma transição radical do pensamento marxista de uma ação voluntarista e heroica capaz de mudar o mundo nas décadas de 1930 e 1940, para uma visão sem esperanças diante da consolidação do capitalismo no mundo ocidental, como uma estrutura independente das forças humanas. A história da guerra fria passou a ser entendida como uma disputa entre duas estruturas antagônicas monumentais, nas quais pouco espaço havia para a ação humana (MULLER, 2007, p. 120). De fato, o stalinismo foi o próprio solapamento da ação humana dentro da tradição marxista (literalmente, se pensarmos no sacrifício de milhões de pessoas na União Soviética em nome do projeto socialista).

A metáfora da base e da superestrutura, aponta Thompson, sintetiza bem os problemas de um marxismo estruturalista: a base econômica, o modo de produção, aparece como um fator determinante de todo o resto, como se não houvesse um processo de diálogo na própria vida entre os elementos econômicos e os não-econômicos, colocando os primeiros como uma estrutura que não tem história, não foi fruto de um processo em que vários elementos, inclusive os não-econômicos, interagiram e continuam interagindo. A determinação da base é sem sujeito, e, com isso, cria-se uma história sem pessoas.

A estrutura althusseriana é sincrônica, um congelamento de um momento histórico, no qual não importa como se chegou lá e para onde se vai, uma vez que não há espaço para a ação humana. Mais ainda, nesta foto só podem aparecer em foco os elementos que são previamente classificados como “históricos” pela Teoria. “A estrutura, como uma baleia, abre suas mandíbulas e engole o processo: a partir de então o processo sobrevive de maneira infeliz na barriga da estrutura” (THOMPSON, 1981, p. 105).

O processo fica relegado a pequenas mudanças entre peças de diferentes estruturas, com variadas combinações, porque se esquece da experiência humana. Este é o “termo ausente” (THOMPSON, 1981, p. 180). Se permanecermos presos à metáfora da base e superestrutura, a história se reduz, em última instância, aos movimentos econômicos, e, a partir de certa data, mais especificamente dos movimentos do capital, determinantes. Isto é, pretendendo ser uma crítica do capitalismo (estamos, afinal, tratando de uma tradição marxista, por mais variada que ela seja), reduz-se a uma crítica do capital, o que é justamente o contrário do que se pretende. A preocupação de Thompson é com o capitalismo, não apenas enquanto um modo de produção altamente abstrato e determinista, mas como um exercício de pressões sociais e culturais, dentro de um processo amplo. Clarifica-se aqui, em parte, porque mesmo com uma crítica profunda a várias correntes do marxismo, o historiador britânico mantém-se como marxista; sua preocupação continua sendo o capitalismo; a categoria de classe está fundamentalmente presente em sua obra, e isso são conceitos centrais de Marx, postos em operação em uma perspectiva histórica. Não se trata, na verdade, de uma discussão exegética acerca do autor de *O Capital*, mas da apropriação de seus conceitos de maneira aberta à pesquisa empírica (o que o próprio Marx defendia); de fato, nunca haverá um sistema marxista fechado e não é a intenção de Thompson expor um marxismo reformado definitivo (THOMPSON, 1981, p. 185).

O termo de ligação entre o modo de produção, entendido por Althusser e outros como um elemento estrutural determinante, que engendra dentro de si mesmo processos relegados a um papel secundário, e o processo, que Thompson tenta introduzir a partir de sua visão da história, é, finalmente, o que se entende pela experiência humana. Nas próprias palavras do britânico;

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: 'experiência humana'. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de 'empirismo'. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

A experiência, por tanto, não chega ao sujeito da história como se este fosse uma tábula rasa, como sonhavam os empiristas. Ela, enquanto acontece, possui sempre um passado, um conjunto de experiências anteriores de consciência social e cultura. Em suma, a experiência não é vivida por um sujeito idealmente livre, mas por um grupo real de pessoas. Esta é uma questão que aparece com particular peso para um historiador da Inglaterra do século XVIII, quando se passa por um momento de transição entre um modo de vida anterior e o surgimento daquilo que viria a ser o capitalismo⁷. Neste tema, é a consideração pela experiência, com uma consciência social e cultura, que permite a Thompson, como veremos, criticar a "sociedade de mercado" de um ponto de vista histórico.

O "marxismo vulgar" (HOBBSAWM, 1998b)⁸, quando desconsidera aspectos culturais, tradições, religiões, etc., e resume o mundo em um assunto de disputa material entre os detentores dos modos de produção e os vendedores de força de trabalho, colocando todas as

⁷ O texto de Thompson "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial", é emblemático ao tratar da experiência de mudança de vida dos trabalhadores ingleses no processo da revolução industrial. In: _____, **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 267-304

⁸ O marxismo vulgar é justamente aquele que, deixando de lado a parte histórica das preocupações de Marx, transforma o marxismo em um determinismo econômico simplificado.

esperanças de um mundo mais justo na redistribuição destes recursos materiais (como um “mau hábito de utilitarismo” (THOMPSON, 1981, p. 194)), trouxe consequências nefastas. O stalinismo é um exemplo disso; na tentativa de excluir do mundo a moral⁹, negando a discussão de valores em prol de um avanço econômico forçado, pautado por uma racionalidade utilitária, constituiu um dos maiores horrores do século XX. Neste sentido, a própria esquerda dita revolucionária muitas vezes caiu na grande armadilha da economia política, não apenas a clássica, mas também a de Marx até certo ponto, de uma redução ao racionalismo econômico, ignorando o restante do universo humano; “o mais velho erro do racionalismo foi supor que definindo o não-racional como não fazendo parte de seu vocabulário havia, de alguma forma, conseguido eliminá-lo da vida” (THOMPSON, 1981, p. 196).

2 A EXPERIÊNCIA E A DIALÉTICA HISTÓRICA EM OPERAÇÃO

Essas considerações ganham mais sentido se são associados a exemplos concretos de pesquisa e de debates, e suas consequências para a historiografia. O acalorado debate entre Thompson, de um lado, e Perry Anderson e Tom Nairn de outro, embora anterior à *Miséria*, serve para ilustrar o tipo de história que Thompson está criticando, e qual a sua proposta, tendo em vista sua visão de uma história que deve encarar os modelos teóricos com cautela.

Em 1964, Anderson e Nairn publicaram dois artigos na *New Left Review*¹⁰, sustentando que a burguesia inglesa era incompleta por não ter derrubado plenamente a aristocracia. Essa questão surge de um questionamento sobre a suposta falta de radicalidade da esquerda britânica, tida como reformista de maneira geral. A explicação para o reformismo e a penetração tímida do marxismo entre as classes trabalhadoras do Reino Unido recai, nesta tese, pela incompletude da revolução burguesa inglesa. O pressuposto é que, como regra histórica geral, as classes subordinadas tendem a tomar para si valores das classes dominantes; no país, porém, manteve-se a monarquia e a aristocracia. A burguesia, digamos, não fez o serviço completo, ao contrário do que ocorreu na França, considerada como modelo; lá a burguesia foi radical na luta e as classes trabalhadoras, por assumirem junto com a burguesia a luta contra o absolutismo, tomando para si muitas das reivindicações da nova classe em

⁹ O termo “moral”, aqui, não se trata, evidentemente, de um “moralismo”.

¹⁰ O de Anderson intitulado *Origins of the presente crisis*, o de Nairn *The British Political Elite*, ambos em *New Left Review*, 1/23, jan-fev 1964.

ascensão, passaram pelos estágios de evolução de classe necessários à consolidação do marxismo (DALAQUA, 2009), “a burguesia apática, produziu um proletariado subordinado” (THOMPSON, 2002, p. 78).

Há duas questões fundamentais que deixaram Thompson furioso, como atesta sua inflamada resposta, publicada em 1965, no periódico *Socialist Register*, intitulada *As Peculiaridades dos Ingleses*, dando sua contribuição para a discussão da crise então vigente, que Anderson e Nairn discutiam, basicamente caracterizada pela

moderação política do Partido Trabalhista e por outros fenômenos, como a burocratização das instituições da classe trabalhadora, o conservadorismo, a acomodação com a estrutura social inglesa (fortemente ancorada no imperialismo e na hierarquia de classe) e, adicionalmente, a exaustão da Nova Esquerda (FORTES *et al*, 2002, p. 45)

A primeira questão: tomar a França, ou qualquer outro lugar, como um modelo pelo qual outras situações devem ser explicadas em termos de completude ou incompletude soa absurda; este modelo passa a ser a teoria sob a qual os demais acontecimentos precisam ser encaixados. Segundo, o pressuposto de que as classes subordinadas simplesmente assumem as ideologias dos grupos dominantes não pode ser tomado como uma verdade a partir da teoria¹¹. Em 1963 Thompson havia publicado *A Formação da Classe Operária Inglesa*, que, com exaustiva pesquisa em um número e variedade enorme de fontes, procurava mostrar, com sucesso, julgo, as diversas maneiras com que a classe operária formou a si mesma e criou suas próprias tradições.

Mas Thompson não se contentou em tecer considerações teóricas para criticar os trabalhos de Anderson e Nairn. Em *As Peculiaridades* ele discute longamente a situação da Inglaterra, com extensa quantidade de pesquisa nas fontes, além de colocar muitas das considerações teóricas que anos mais tarde estariam em *A Miséria*. Ele destaca o papel fundamental de parte da aristocracia inglesa no desenvolvimento do capitalismo agrário, sua união com a burguesia para combater a Velha Corrupção (e substituí-la por uma nova) com o *Reform Act* de 1832. Não se pode esquecer também da economia política, desenvolvida principalmente na Inglaterra, e de que a revolução inglesa de 1640 é tida como “incompleta”,

¹¹Thompson aponta que neste pressuposto existe uma interpretação equivocada do conceito de hegemonia de Gramsci. (THOMPSON, 2002, p. 147).

se comparada com a Revolução Francesa, devido a seu forte caráter religioso, mas que isso era um fator indubitavelmente importante na época (THOMPSON, 2002, p. 121).

Inglaterra e França viveram histórias diferentes, passíveis de comparação, mas não de tentativas de *equiparação*. Um dos erros está em tomar a relação de classe francesa, de uma aristocracia irreconciliável com a burguesia, e transportá-lo para outros casos, tal como se a classe se resumisse a uma categoria explicativa estática, e não fosse um composto de pessoas historicamente determinado, com características que se modificam com o tempo. Não é o caso, porém, do abandono total dos modelos. Em certo sentido, a historiografia só pode existir porque cria modelos, retirados das evidências de maneira crítica; é a história escrita, como modelo, indicando suas partes significativas e suas mudanças, e não a própria história quando aconteceu. O problema é a petrificação dos modelos que se impõem às evidências, ou consideram apenas aquelas que se encaixam na teoria; “no momento de empregá-lo [o modelo], o historiador precisa saber encará-lo com um ceticismo radical e manter-se aberto a respostas para evidências para as quais não tenha categorias” (THOMPSON, 2002, p. 156).

A classe operária inglesa, em suma, não é incompleta; tem, como em todos os lugares onde uma classe operária se formou (e não simplesmente foi formada pelas circunstâncias), suas particularidades. Seu reformismo, sugere Thompson, é fruto de uma tradição constitucionalista da própria classe trabalhadora e do relativo sucesso, dentro de importante limites, que o reformismo trabalhista inglês obteve no contexto particular do país. Somando-se a isso uma postura crítica à alternativa estratégica que se colocava na época, o comunismo soviético, o quadro reformista se torna mais claro (THOMPSON, 2002, p. 149).

Um ano após o lançamento da *Miséria* ocorreu em Oxford um debate entre Stuart Hall, Richard Johnson e Edward Thompson. Os dois primeiros teceram críticas à polêmica obra do terceiro. Hall apontou que levar em conta a “experiência” é, de fato, um passo importante da crítica à Althusser, mas julgou que Thompson manteve-se com uma postura “empiricista” ao separar, em nível teórico, o pensamento e a realidade na sua dialética histórica, e colocou peso excessivo na experiência. Além disso, Hall questionou o status ontológico da história¹². Johnson acusou o historiador de “absolutismo”, pois sua exposição simplificada de Althusser induz a

¹²Como já sugerido antes, este tema será deixado de lado. Suscita uma série de discussões, mas ao mesmo tempo é um pressuposto sem o qual, para Thompson, a história perde o seu sentido. Temos que conceder, afinal, que toda postura intelectual baseia-se, em algum momento (e talvez sempre em seu momento primordial) em um pressuposto tido como pouco discutível.

uma escolha entre uma teoria completamente mecânica e idealista, e um materialismo histórico que possui as respostas para a investigação histórica adequada, sem apontar nuances e caminhos intermediários. Ele define, também, uma oposição entre estruturalistas e culturalistas, colocando Thompson, junto com Raymond Williams, no segundo grupo, por terem recuperado a categoria de consciência de classe de uma perspectiva cultural (MORAES; MULLER, 2005).

A crítica do “absolutismo” thompsoniano e da separação indevida entre o pensamento e a realidade parecem ser fruto mais da retórica ácida que Thompson utiliza na *Miséria*, tentando explicitar seus pontos e procurando marcar bem a diferença entre o seu modo de pesquisa e aquilo que está criticando, às vezes de modo simplista, do que da lógica dos seus argumentos. A ideia de sua dialética da pesquisa histórica é justamente reaproximar o pensamento e a realidade, não entendendo a realidade necessariamente como um algo simplesmente dado, mas como uma *experiência* do ser social. A ênfase na experiência, que parece algo separado, embora não seja, se dá para explicitar um ponto fundamental não apenas da pesquisa histórica, mas da própria lógica histórica; a pressão da experiência (lembramos, a vida em um contexto social, cultural, com tradições, consciência, etc.) arromba portas, e muitas vezes extrapola os modos da consciência social, modificando-a. A separação aparente entre as coisas serve didaticamente para explicitar este ponto, e não para uma discussão da natureza humana ou algo do gênero.

Toda essa discussão fica mais clara se nos debruçarmos sobre partes da obra de Thompson onde podemos observar a dialética da pesquisa histórica em operação e a questão da experiência.

Em *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*, capítulo quatro do livro *Costumes em Comum*, Thompson (2008a) se propõe a estudar os motins de fome ocorridos naquele século. Seu primeiro passo é questionar o termo “motim” (*riot*), como uma categoria inadequada, que denota uma visão espasmódica, instintiva, da massa diante da situação de fome, que subjugada a uma situação de desespero, reage mecanicamente¹³. Segundo

¹³É interessante a comparação que ele faz entre essa visão dos historiadores, de um homem respondendo mecanicamente a estímulos, e as sociedades extremamente complexas descritas por antropólogos como Malinowski em sua pesquisa na ilha Trobriand. Thompson revela sua abertura à antropologia, apontando para o atraso dos historiadores (THOMPSON, 2008a, p. 152).

Thompson, essa visão dos motins é fruto de uma história econômica que desconsidera muitos elementos humanos (aqui ele não está criticando historiadores como Anderson, ou outros marxistas, e sim uma historiografia mais conservadora, mas há, como veremos, inúmeros pontos de contato para uma crítica ao marxismo “althusseriano”) e na verdade não explica as reações. Apenas aponta que nesses casos, diante de situações que supostamente fogem ao controle humano, como uma má colheita ou um aumento de preços, a multidão reagiu com quebraadeira, e ponto.

Thompson traz novas perguntas: diante da obviedade de que com fome as pessoas se rebelam¹⁴, pergunta-se estando com fome, “o que elas fazem? Como seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura, pela razão?” (THOMPSON, 2008a, p. 151). Ele questiona a visão do motim espasmódico, pois esta é uma perspectiva que encerra a possibilidade de pesquisa nas fontes; determina o acontecimento antes que possa ser realizada uma busca por verificação, essa busca tão cara à Thompson mesmo com todos os problemas e dificuldades que a palavra verificação carrega. As novas perguntas do historiador exigem uma volta às fontes para tratar o problema com mais propriedade; a nova hipótese que ele lança, e que será buscada na pesquisa, é de que os motins eram, na verdade, uma reação com um fundo complexo, cultural, tradicional, baseado em expectativas morais, que só podem desaparecer do discurso histórico quando se excluem todos esses fatores em nome do econômico. É certo que os aspectos econômicos pesam, e muito, mas estes não são o todo:

[...] é certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam pão, etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta (THOMPSON, 2008a, p. 152).

¹⁴ Mesmo essa obviedade será questionada, com o exemplo da fome na Índia colonial do século XIX, por exemplo. Em *Economia Moral Revisitada* há uma importante consideração sobre a necessidade de que exista ainda alguma esperança de melhoria da situação (o que ocorria na Inglaterra) para que o motim ocorra; a total ausência de esperança na Índia colonial resultou que em situação de fome, muitas vezes, não houve motim. A ocorrência do “motim de fome” é algo complexo, é uma manifestação sofisticada (THOMPSON, 2008b).

Finalmente, a pergunta que está por trás é pela experiência das pessoas nesse período de transição da “economia moral dos pobres” para a economia de mercado; e é a experiência da vida, para usar uma expressão anterior, arrombando as portas.

A pesquisa de Thompson indica que os motins que ocorreram em diversas partes da Inglaterra em períodos de carestia tinham um forte senso de legitimidade pautado em uma tradição paternalista anterior, codificada em leis (como no *Book of Orders* que vigorou entre 1580 e 1630) e no direito consuetudinário. Os hábitos de mercado eram absolutamente diferentes das novas práticas que surgiam, e a venda de provisões era feita, de modo geral, do produtor diretamente para o consumidor. Havia toda uma expectativa de comportamento de vendedores e compradores nas vilas de mercado, de modo que se essas expectativas dadas pela tradição fossem rompidas, haveria reação.

O “modelo paternalista”, dentro das possibilidades, determinava um mercado direto do agricultor para o consumidor. Cereais deveriam ser levados a granel para a praça do mercado, não podendo ser vendidos antes da colheita, nem retidos na esperança da elevação dos preços. Os mercados tinham hora para funcionar, e os primeiros consumidores deveriam ser os pequenos. Os comerciantes vinham depois, e tinham suas atividades restringidas: leis contra compras antecipadas, compra para revenda futura, e açambarcamento. Não era permitida a compra por amostragem e a compra antecipada das colheitas. Este modelo certamente não se aplicava em totalidade em nenhum lugar, mas era base de legitimação que a multidão soube aproveitar quando havia escassez local de alimentos. É interessante o texto de um folheto de 1768 que circulou por um mercado inglês, questionando o direito natural de venda dos produtos de primeira necessidade, algo que hoje para nós é tão certo quanto dois e dois são quatro: “portanto”, dizia o folheto, “não se pode dizer que isso seja a liberdade do cidadão, ou de quem vive sobre a proteção de uma comunidade; é antes a liberdade de um selvagem; assim, quem tira partido dessa liberdade não merece a proteção conferida pelo poder da sociedade” (THOMPSON, 2008a, p. 158).

A resistência dos motins, dada tanto pelas práticas comuns do mercado direto, quanto pelo paternalismo que protegia essas práticas, mas que entrou em decadência conforme o modo de produção capitalista se alastrou não apenas nas cidades, mas também no campo, possuía, dentro dessa lógica, suas características peculiares. Muitas vezes não eram turbas

desordenadas, mas uma ação direta da população no sentido de forçar os comerciantes a venderem suas mercadorias a um preço considerado justo pelo hábito. Fica claro que, por um lado, as multidões exploram a brecha protetora aberta pelo paternalismo para suas reivindicações, e por outro, ao optarem pela ação direta contra comerciantes, padeiros e moleiros individuais¹⁵, entravam em choque com as autoridades mesmas que ainda apoiavam o modelo paternalista.

Confrontava-se uma economia política nascente, nacional, que com sua lógica auto-confirmadora defendia a ausência do Estado nas transações comerciais, separando o mercado como algo com suas próprias leis, distantes do mundo humano, de um lado, e, do outro, uma economia moral da multidão, que era local, tradicional, e continha um forte senso de dever para com a questão dos alimentos, e é neste sentido que ela é chamada de *moral*. O mercado com suas próprias leis, ao contrário, dispensa a moral no sentido de um dever e de um hábito. Essa discussão sobre valores e a supressão deles lembra um aspecto anteriormente levantado neste texto, naquela ocasião sobre a margem esquerda da política, quanto em nome do avanço da “economia socialista” jogou na lata do lixo do “empirismo” qualquer possibilidade de discussão de valores.

Estranhamente o *laissez-faire* significa, para a experiência dos sujeitos históricos que viveram a transição dentro de seus referenciais culturais, justamente o *fechamento* do mercado, e não a liberdade de compra e venda. Se os grãos são vendidos a atravessadores, e sempre em grandes quantidades, e se os estoques são manipulados para que o preço suba, o consumidor do pão fica cada vez mais distante do seu alimento. A praça do mercado aberto decaiu, e, aos poucos, iniciou-se a era do fetichismo da mercadoria (MARX, 1983).

Uma situação desesperadora para este sujeito histórico que se dirigia ao mercado da vila, e, ao mesmo tempo, perfeitamente lógica para a economia política que triunfava, era a exportação de grãos: uma comunidade se torna refém de grandes comerciantes locais (lembrando que o cercamento cada vez mais contundente dos campos diminuiria violentamente a capacidade de produção para consumo próprio) que têm mais lucro enviando a comida para fora do país do que para a comunidade, que passa fome. Não por acaso, muitos dos motins incluíam ataques a carroças que levavam os grãos para os portos.

¹⁵A fúria era dirigida a pessoas, e não ao “sistema”. Neste período, para Thompson, ainda não há classe trabalhadora na Inglaterra, como veremos mais tarde.

O efeito prático dos motins é questionável. Se em um dia o motim podia forçar os preços, depois os produtores talvez se recusassem a ir ao mercado. Porém não temos como saber até que ponto chegariam os preços e a fome não fossem os motins e a *expectativa* causada por eles.

É no interior deste contexto que a função dos motins pode ser esclarecida. No curto prazo, os motins talvez fossem contraproducentes, embora isso ainda não esteja provado. Porém, uma vez mais os distúrbios eram uma calamidade social, que devia ser evitada mesmo a um alto custo. O custo podia ser o de encontrar um meio-termo entre o preço “econômico” elevado no mercado e o preço “moral” tradicional determinado pela multidão. Esse meio-termo podia ser alcançado pela intervenção dos paternalistas, pelos prudentes limites que fazendeiros e negociantes se auto-impunham, ou pela compra do apoio de parte da multidão em troca de subsídios e caridades (THOMPSON, 2008a, p. 192).

O entendimento dos motins se dá pelo contexto (e a própria história é a disciplina do contexto), pois é investigando este contexto que se chega à experiência dos sujeitos históricos, e no jogo entre a consciência social e o ser social. Estudando os motins, Thompson primeiro questionou o significado do termo, julgou-o inadequado, formulou uma nova hipótese e expôs sua investigação empírica em uma pesquisa exaustiva, com grande número de fontes, que foram perguntadas de maneira crítica, e não simplesmente falaram por si mesmas¹⁶; assim opera sua dialética da pesquisa histórica.

Mas a crítica principal não é propriamente à noção de motim como um movimento espasmódico da multidão, mas a noção de mercado. Mercado é, também, um conceito histórico, e o momento estudado é uma transição de um tipo de mercado do contexto inglês, para outro tipo de mercado, com outras relações. Este novo tipo, porém, procurou se colocar como algo além da humanidade; suas regras teriam sido descobertas, e não inventadas¹⁷. Isso é posto como parte de um argumento de força que justifica hoje a sua existência, como se esta fosse eterna. A economia moral da multidão mostra que houve alternativas, pautadas em

¹⁶ Talvez o grande problema da Teoria com esse questionamento crítico é que não existe uma fórmula, um roteiro de perguntas a serem feitas. Em certo sentido é justamente esse o espaço intuitivo ou criativo da história, o que não significa um pensamento desleixado, pois exige uma justificação argumentativa, que tampouco possui uma fórmula metodológica que sirva para todos os casos.

¹⁷ As leis “descobertas” na economia política clássica só funcionam em uma situação de “concorrência perfeita” (SANDRONI, 1999, p. 379), e o que é a concorrência perfeita se não aquela em que não existem pessoas envolvidas? Certamente as ciências econômicas evoluíram muito e possuem ferramentas para lidar com concorrências reais, monopólios, etc., mas, como mostra uma simples olhada em um noticiário econômico, o mercado ainda tem vida e desejos próprios, tal como se não fosse operado por pessoas.

outros valores, que hoje estão distantes de nossa realidade, em que a “economia de mercado” aparece como algo dominante, quase como uma mentalidade.

Sua dominância com leis universais é absolutamente falsa. Não é porque o Estado diminui a sua intervenção na economia que ela passa a funcionar por si mesma; há muito mais que o Estado, e por trás dos índices econômicos estão pessoas, produtores e consumidores *humanos*. A noção de um mercado com suas próprias leis é uma metáfora ilusória que esconde os conflitos de classe, que passam a ser considerados empecilhos ao seu triunfo. (THOMPSON, 2008b, p. 235). O mercado, hoje, é uma entidade que fica nervosa, tem altos e baixos de humor, fica calmo, tem características humanas, vive por si mesmo, sem os homens, e assim aparece como *necessidade*. O fetichismo da mercadoria multiplicou-se para um fetichismo do mercado, essa coisa abstrata. Com esse estudo sobre a economia moral da multidão Thompson nos fornece uma importante crítica histórica à economia de mercado, saindo das teorizações e buscando a experiência da mudança das praças de mercado do século XVIII inglesas, de um local onde as relações sociais afloravam, para uma entidade que é tida como meta-humana¹⁸.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DALAQUA, Renata. O debate no interior da *New Left* britânica: o significado da controvérsia entre Perry Anderson e E. P. Thompson. In: **História Social**, Campinas, n. 16, p. 216-232, 2009.

¹⁸Nas palavras de Hobsbawm, a economia se perde nas teorias enquanto se separa de qualquer tipo de preocupação histórica, decorrente do pressuposto das leis universais a serem descobertas: “Meu raciocínio supõe que, divorciada da história, a economia é um navio desgovernado e os economistas sem história não têm muita noção de para onde o navio navega. Mas não estou sugerindo que esses defeitos possam ser sanados simplesmente pela aquisição de alguns mapas, ou seja, prestando mais atenção às realidades econômicas concretas e à experiência histórica. Aliás, sempre houve abundância de economistas dispostos e ansiosos por manter os olhos abertos. A dificuldade é que, conquanto seguissem a tradição corrente, sua teoria e método *como tais* não os ajudaram a saber para onde olhar e o que procurar. O estudo dos mecanismos econômicos estava divorciado do estudo dos fatores sociais e de outros fatores que condicionam o comportamento dos agentes que constituem tais mecanismos” (HOBSBAWM, 1998a, p. 118).

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: NEGRO, Antônio Luigi.; SILVA, Sérgio. (orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. p. 21-58.

HOBBSAWM, Eric. Historiadores e Economistas: I. In: **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998a. p. 106-121.

HOBBSAWM, Eric. O que os historiadores devem a Karl Marx? In: **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998b. p. 155-170.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. O Modo de Fazer Pesquisa de um Historiador. In: **Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 12, p. 37-51, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006.

MARX, Karl. La Mercancía. In: _____. **El Capital**. Tomo I, vol. 1. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1983. p. 43-102.

MORAES, Maria Cecília; MULLER, Ricardo. “A Miséria da Teoria”: o debate de *History Workshop*. In: **Esboços**, Florianópolis, v. 12, n. 14, p. 25-36, 2005.

MULLER, Ricardo. Revisitando E. P. Thompson e a “Miséria da Teoria”. In: **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 1/n. 2, p. 97-136, 2007.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____, Edward. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984. p. 13-61

_____, Edward. **A Formação da Classe Operária Inglesa III A força dos trabalhadores**. Trad. Denise Bottmann. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987, p. 303 a 440.

_____, Edward. As Peculiaridades dos Ingleses. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002a. p. 75-180.

_____, Edward. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. (orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002b. p. 269-282.

_____, Edward. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII. In: _____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a. p. 150-202.

_____, Edward. A Economia Moral Revisitada. In: _____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b. p. 203-263.

_____, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008c. p. 267-304

RESUMO

Este trabalho investiga o conceito de *experiência* e sua operação em Edward Thompson. A crítica do historiador inglês a Louis Althusser, desenvolvida no livro *A Miséria da Teoria* (1978), que trata do termo em questão é retomada para estabelecermos a posição teórica que ele ocupa na obra de Thompson, como termo de diálogo entre as categorias e modelos, de um lado, e a investigação das fontes, do outro. Após isso, procuramos estudar o modo como este conceito opera na investigação contida em *A Economia Moral da Multidão Inglesa do Século XVIII*, apontando sua importância fundamental para uma crítica histórica da “economia de mercado”.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência. Modelos históricos. Economia moral.

**EXPERIENCE AND HISTORICAL DIALECTIC: ITS OPERATION IN E. P. THOMPSON'S
INQUIRY ON FAMINE RIOTS IN XVIII CENTURY ENGLAND****ABSTRACT**

This article investigates the concept of *experience* and its operation in the works of Edward Thompson. His criticism towards Louis Althusser, developed on *The Poverty of Theory* (1978), in which he deals with the term in question, is reviewed to establish its theoretical position on the English historian work, as a term that establishes a dialog between theories, by one hand, and empirical investigation, by other. Then, we study how this concept operates on the investigation about the food riots in 18th century England, concluding on its relevance to a critic on “market economy” from a historical point of view.

KEYWORDS: Experience. Historical models. Moral economy.

Recebido em: 10 jan. 2013

Aceito para publicação em: 18 jun. 2013